



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CAMPUS IV  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**FRANCINARA GOMES CAVALCANTE**

**ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA  
LÍNGUA: INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**CATOLÉ DO ROCHA-PB**

**2022**

FRANCINARA GOMES CAVALCANTE

**ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA  
LÍNGUA: INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Graduação de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Bianca Sonale Fonseca da Silva

**CATOLÉ DO ROCHA-PB**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377e Cavalcante, Francinara Gomes.

Ensino e aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua: inclusão de uma aluna com deficiência auditiva na educação básica. [manuscrito] / Francinara Gomes Cavalcante. - 2022.

44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Bianca Sonale Fonseca da Silva ,  
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."

1. Ensino de língua portuguesa. 2. Deficiente auditivo. 3.  
Inclusão. I. Título

21. ed. CDD 370.115

FRANCINARA GOMES CAVALCANTE

ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA  
LÍNGUA: INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao programa de Graduação  
de Língua Portuguesa, da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de licenciada  
em letras.

Área de concentração: Didático  
pedagógica.

Aprovada em: 01 / 12 / 2022

**BANCA EXAMINADORA**

Bianca Sonale Fonseca da Silva

Profa. Ma. Bianca Sonale Fonseca da Silva (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Eianny Cecília de A. P. e Almeida

Profa. Ma. Eianny Cecília de Abrantes Pontes e Almeida

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Karoliny Lima de Oliveira

Profa. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplo de Aparelho auditivo do implante coclear.....	17
Figura 2 – Exemplo de sistema FM.....	21

## **LITA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento educacional especializado

ASL – American Sign Language (Língua Americana de Sinais)

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

D.A – Deficiente auditivo

EJA – Educação de jovens e adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

L1 – Primeira língua

L2 – Segunda língua

LIBRAS – Língua brasileira de sinas

LDB – Lei de diretrizes e bases da educação

LP-Língua portuguesa

LSF – Língua de Sinais Francesa

Sistema FM – Sistema de frequência modulada

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	9
3. USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS.....	16
4. ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	23
5. E QUANDO A LÍNGUA É OUTRA? REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA UMA ALUNA D.A.....	25
5.1. “Não consigo entender poemas”: dizeres discente sobre a aprendizagem de Língua Portuguesa como L2.....	26
5.2. Práticas de ensino de Língua Portuguesa para surdos: perspectiva docente.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	38
APÊNDICE B – ENTREVISTA.....	39
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	40
APÊNDICE D – TCLE.....	42

## RESUMO

A audição tem papel fundamental na aquisição e no desenvolvimento da linguagem, e pela pouca comunicação que há entre esses indivíduos e a sociedade, estes sofrem dificuldades e desafios todos os dias principalmente nas escolas. Este trabalho tem como objetivo principal compreender quais os desafios enfrentados por uma aluna com deficiência auditiva na educação básica, como método de estudo, realizamos uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, que irá mostrar os desafios, analisar as metodologias de ensino e discutir sobre o ensino de língua portuguesa para alunos com deficiência auditiva. Foram tomados como pressupostos teóricos: Garbe (2012), Goldfeld (2002), Bogas (2016), Cialdinel (2012), Quadros (1997), Brasil (2002), Wringley (1996), Silva (2009), Almeida (2013), Vygotsky, Stainbank (1999), Carvalho (1999), entre outros. O tema se fez relevante para compreendermos o que os alunos com deficiência auditiva vivenciam em sala de aula. Por meio dessa pesquisa foi descoberto que para o professor é necessário fazer uma adaptação em seus métodos de ensino, um ponto que podemos perceber é que as escolas não estão equipadas e não ter profissionais como intérpretes de LIBRAS. Em relação a aprendizagem do aluno com deficiência auditiva descobrimos que por mais que ele tenha uma boa assistência, ainda encontra algumas limitações na área da língua portuguesa.

**Palavras-chaves:** Ensino de língua portuguesa. Deficiente auditivo. Inclusão.

## ABSTRAT

Hearing plays a fundamental role in the acquisition and development of language, and due to the little communication between these individuals and society, they suffer difficulties and challenges every day, especially in schools. This work has as main objective to understand the challenges faced by a student with hearing impairment in basic education, as a study method, we carried out field research, with a qualitative approach, which will show the challenges, analyze the teaching methodologies and discuss about Portuguese language teaching for students with hearing impairment. The following theoretical assumptions were taken: Garbe (2012), Goldfeld (2002), Bogas (2016), Cialdinel (2012), Quadros (1997), Brasil (2002), Wringley (1996), Silva (2009), Almeida (2013), Vygotsky, Stainbank (1999), Carvalho (1999), among others. The topic became relevant to understand what students with hearing impairment experience in the classroom. Through this research it was discovered that for the teacher it is necessary to adapt their teaching methods, a point that we can see is that schools are not equipped and do not have professionals such as LIBRAS interpreters. Regarding the learning process of students with hearing impairment, we found that even though they receive good assistance, they still have some limitations in the area of the Portuguese language.

**Keywords:** Portuguese language teaching. Hearing impaired. Inclusion.



## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país muito diverso em todas as esferas, principalmente no que diz respeito à população, que, de forma geral, é composta por grupos de minorias. Um, dentre tantos públicos, é o povo surdo. Mesmo sendo um solo tão diverso, nos deparamos com o preconceito que aparece de maneiras diversas. A audição tem papel fundamental na aquisição e no desenvolvimento da linguagem, e pela pouca comunicação que há entre esses indivíduos e a sociedade, estes sofrem dificuldades e desafios todos os dias.

Um dos principais problemas vigentes são as dificuldades que os surdos e os deficientes auditivos enfrentam dia a dia na educação brasileira. Mesmo com uma legislação atual que garante a inclusão destes estudantes, na maioria das escolas as crianças e os jovens ainda não têm acompanhamento de pessoas especializadas, para que consigam comunicar-se com os demais. Nestas escolas não há inclusão para essas crianças e jovens com necessidades educacionais específicas, então, o que a escola pode fazer para incluir os surdos e os deficientes auditivos? O surdo enfrenta dificuldades pela quantidade de pessoas que conhecem e dominam a Língua Brasileira de Sinais, que ainda é muito baixa.

Um dos maiores desafios vivenciados por alunos surdos é a aprendizagem da Língua Portuguesa. Isto, porque ela não é sua Língua Materna, possui regras e estrutura gramaticais próprias de uma Língua oral-auditiva, diferente da Libras que é uma Língua Visuo-espacial. A partir disto, nos questionamos sobre como tem acontecido o ensino de Língua Portuguesa para uma aluna com Deficiência Auditiva, regularmente matriculada no ensino fundamental de uma escola no interior do Estado da Paraíba. Temos como norte de pesquisa, então, as seguintes questões: quais métodos de ensino o professor de Língua Portuguesa tem empregado neste processo? Há um suporte pedagógico por parte da escola? Na perspectiva da aluna, como tem se dado a aprendizagem de Língua Portuguesa?

Para responder a tais questões, o presente trabalho tem como objetivo geral: compreender como tem acontecido o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para uma aluna com deficiência auditiva, a partir da perspectiva do professor e da aluna, e tem como objetivos específicos: conhecer as práticas de ensino adotadas pelo professor; conhecer os desafios vivenciados pela aluna; analisar os recursos e

materiais empregados neste processo de ensino e aprendizagem e discutir sobre este processo de ensino e aprendizagem na perspectiva de uma educação inclusiva.

Para tanto, foi optado para este trabalho o uso da abordagem qualitativa em educação Ludcke e André (2015). Para a coleta de dados, utilizamos o estudo de pesquisa de campo como método de pesquisa. Foram utilizados como aporte teórico para este trabalho: Garbe (2012), Goldfeld (2002), Bogas (2016), Cialdine (2012), Quadros (1997), Brasil (2002), Brasil (2005), Wringley (1996), Silva (2009), Almeida (2013), Vygotsky (1989), Honora E Frizanco (2008), Stainbanck (1999), Carvalho (1999), Brito (1989:90), Selinker (1972, cit. em Ellis, 1994), Fernandes (2012), Montoam (1997), Loureiro e Santos (2002), dentre outros.

Ao longo deste trabalho muitas questões serão discutidas quanto ao ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos. De início, na primeira sessão, veremos a necessidade de compreender a LIBRAS enquanto Língua com estrutura própria e a presença de um intérprete em sala de aula como recurso de inclusão destes alunos. Já na segunda sessão teórica, trataremos de conhecer dispositivos tecnológicos para auxiliar em sala de aula e compreender que do ponto de vista clínico há diferenças entre o ser surdo e ser deficiente auditivo, isso ocorre com o grau da perda de audição.

É preciso pensar e acreditar, portanto, que todos merecem ser tratados da mesma forma, para que possam ser incluídos na sociedade e principalmente no ambiente escolar, pois todos tem direito a uma boa educação, por mais que hajam dificuldades, elas devem ser enfrentadas, para que não continue a exclusão dos indivíduos surdos e deficientes auditivos. E para isso, é importante que os professores tenham conhecimento de como adaptar sua aula para a comunidade surda, melhorando seus métodos de ensino, a partir das especificidades de seus alunos.

Este tema foi escolhido por motivos pessoais, pois o pesquisador convive diariamente com uma pessoa deficiente auditiva e ver os desafios no âmbito escolar, a pesquisa foi realizada justamente para mostrar as dificuldades enfrentadas tanto pelo aluno com deficiência auditiva quanto pelo professor em sala de aula, e também levantar questões importantes sobre como a tão falada inclusão deve acontecer. Por muito tempo estas pessoas estiveram excluídas do ambiente escolar e ainda hoje, infelizmente, na maioria das escolas esta realidade perdura. Muitas vezes, o estudante surdo está presente fisicamente na sala de aula, isolado dos demais colegas e professor, pois não há interação entre pares. Isso acontece por serem uma

minoria entre os outros, e por isso eles quem precisam adaptar-se ao ambiente escolar, infelizmente. Ainda há muito o que se progredir neste sentido.

A seguir, faremos uma retrospectiva na trajetória da educação de surdos, onde iremos descobrir o desenvolvimento da educação para surdos no Brasil com o passar dos anos, pois acreditamos que para se compreender bem como tem acontecido o ensino hoje, é necessário rememorar quais os principais modelos educacionais que os surdos já vivenciaram. E também a importância do uso de tecnologias no ensino de língua portuguesa, como meios para auxiliar o professor e a aluna com deficiência auditiva no desenvolvimento da aprendizagem, facilitando a comunicação e a compreensão em sala de aula.

## **2. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**

A educação tem passado por muitas transformações ao longo dos anos principalmente no que diz respeito às pessoas com deficiência. Em tempos remotos, a exclusão tanto social quanto educacional era mais acentuada quando se tratava de minorias, como é o caso do Povo Surdo.

Os surdos eram considerados inúteis em grande parte do mundo, nos tempos antigos com exceção do Egito e da Pérsia que acreditavam que eles eram adorados por acreditarem que eles podiam se comunicar com os deuses e faraós, em alguns países eles eram assassinados ou transformados em escravos. Segundo Garbe (2012, p.96) no passado, “[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados”.

Antes do século XV, os surdos eram considerados ineducáveis em todo o mundo, ou seja, não existia um método de ensino para eles, e por isso eram deixados de lado pelo restante da sociedade, Goldfeld (2002) afirma, que até o século XV não se falava sobre educação de surdos, predominava a ideia de que eles não poderiam ser nem ao menos educados e, por isso, viviam totalmente à margem da sociedade, e não tinha nenhum direito.

A partir do século XVI ocorreu uma alteração sobre a educação de surdos na Europa, foi então que se iniciou a luta pela educação de surdos, no Brasil os surdos começaram a ter acesso à educação durante o império de Dom Pedro II, que tinha um interesse pessoal em desenvolver a educação para surdos, pois seu genro era surdo

e também seu neto filho da princesa Isabel. Através da vinda de um francês surdo chamado Ernest Huert, em 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no nosso país, chamada de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, esse nome foi alterado tempos depois, pois perceberam que o termo surdo-mudo era incorreto, pois o surdo não é mudo, ou seja, ele possui a capacidade de falar, porém muitos não aprendem a falar pois não escutam e aqueles que se tornam surdos oralizados são aqueles que fazem o uso de algum apetrecho tecnológico que o auxilia a ouvir algum som. Com isso, a escola mudou de nome, segundo Bogas (2016) passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que funciona até os dias de hoje, na cidade do Rio de Janeiro.

O Instituto ensinava aos surdos por meio da linguagem articulada, a leitura labial e sinais, porém em 1880 com o congresso de Milão a língua de sinais foi proibida, a partir disso, o Instituto passou a usar o método do oralismo na educação, que teve domínio durante quase 100 anos. Nos anos de 1888 na época da assinatura da Lei Áurea e 1889 no ano da proclamação da república, os surdos passaram a ser escravizados em sua educação, ou seja, eles foram obrigados a usar o oralismo, que “tem como objetivo fazer com que o surdo aprenda a falar e, assim, possa ser inserido na sociedade” (CIALDINE, 2012, p.11), naquela época ocorria muitas vezes de amarrarem suas mãos para evitar fazerem gestos e eram obrigados a usar a comunicação visual para falarem, por mais que o país naquela época estava caminhando para libertação dos escravos negros e uma evolução política na democracia, os surdos viviam em uma ditadura, pois não tinham liberdade de expressar sua comunicação da maneira que achassem melhor, isso nos mostra um retrocesso na educação de surdos daquela época.

Na década de 1960, foi descoberto pelo professor da Universidade Gallaudet, Dr. Willian C. Stokoe que a língua de sinais americana (ASL) usada pela comunidade de surdos tem aspectos linguísticos próprios, ele percebe que a ASL é uma língua natural, completa e complexa, e que por mais que ela seja usada apenas pela comunidade surda americana possui aspectos linguísticos de estruturas de linguagem humana. A partir dessa descoberta a educação de surdos ganha um novo rumo, na busca por melhores métodos de ensino na educação de surdos em todo o mundo. Com isso, diversos países do mundo oficializam a língua de sinais, mas por mais que tenha sido permitido os sinais, a sociedade ouvinte ainda não aceitava e nem permitia

a língua de sinais como uma língua, para eles era apenas outra forma de comunicação limitada apenas aos surdos.

Esse tipo de comunicação descoberta nos Estados Unidos ficou conhecida como o método de ensino chamado de Comunicação Total, e chegou ao Brasil em 1980, foi proposto o uso de diversos recursos para a comunicação de surdos e a interpretação, ampliando os meios comunicativos como a oralização e a junção com o uso de sinais em uma tentativa de desenvolver a língua oral.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito (QUADROS, 1997, p. 27).

Ainda nessa época foi perceptível que as línguas de sinais não eram universais, ou seja, cada país possuía sua própria língua de sinais, assim como cada país possui seu próprio alfabeto manual, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tem origem da Língua de Sinais Francesa (LSF). No Brasil, a LIBRAS só foi oficializada em 2002, pela Lei nº 10.436 de 24 de abril. Essa lei deu reconhecimento a LIBRAS como um meio legal de comunicação e expressão, ela permitiu que a comunidade surda se comunique através de gestos e expressões, de acordo com a sua própria estrutura gramatical e a construção de um sistema linguístico. A lei também assegura a inclusão de surdos no âmbito educacional.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL 2002).

Por meio disso, os surdos passaram a ter direitos, as instituições públicas por exemplo devem garantir atendimento e tratamentos adequados, assim, como devem incluir qualquer pessoa com deficiência auditiva em atividades escolares.

Nos dias de hoje, o método oralista não se é mais usado na educação e foi implementado o bilinguismo, que segundo Goldfeld (2002, p. 42), o “Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, e como segunda língua, a língua oficial de seu país”. As escolas devem adotar o método do bilinguismo na educação de surdos, pois é

importante para eles dominar a LIBRAS como língua oficial, e também saber sobre a língua portuguesa na modalidade escrita para conseguir se comunicar com as demais pessoas da sociedade que não tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais.

No decorrer dos tempos, tivemos algumas abordagens de ensino, como já vimos anteriormente e existe uma grande diferença entre cada uma delas. Uma dessas abordagens foi o Oralismo, e o objetivo da metodologia oralista é desenvolver a fala do surdo, a fala é dada como prioridade para que os surdos possam se comunicar e para integrar as crianças na sociedade, esse método enxerga a surdez como uma deficiência que pode ser minimizada com estímulos na audição.

Outra metodologia de ensino é o método de Comunicação Total, esta, como já citado anteriormente, se preocupa com os processos de comunicação de surdos com surdos e dos surdos com pessoas ouvintes, esse método usa aspectos cognitivos, emocionais e social para o ensino e aprendizado da língua oral, Uma das diferenças dessa abordagem das outras, segundo Goldfeld (2002, p.40), “a comunicação total defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a língua oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas”. A comunicação total como podemos perceber não prioriza o desenvolvimento da fala e sim a comunicação entre os surdos e as demais pessoas da sociedade, ou seja, não importa o meio e sim a compreensão do que estão tentando passar no diálogo.

O último método de ensino para surdos e o mais aceito foi o Bilinguismo, ou seja, fazemos o uso tanto da língua de sinais quanto da língua escrita na comunicação, o surdo tem a opção de qual língua vai usar se é a materna ou a língua portuguesa em cada situação linguística, em alguns casos os surdos aprendem até mesmo a língua oral e usam dela quando estão com pessoas que não sabem fazer o uso da LIBRAS.

Com o decreto nº 5626/05, a LIBRAS passa a ser usada como uma língua para instruções dos estudantes surdos e uma língua de comunicação entre a comunidade surda do Brasil e já a língua portuguesa deve ser estudada por eles para aprender a leitura e a escrita, mas não será falada. Porém, existem alguns casos de surdos que falam empregam a modalidade oral da Língua Portuguesa como meio de comunicação, mas estes, na maioria das vezes, precisam do auxílio de aparelhos tecnológicos para conseguir.

O Decreto de 2005, impôs que:

Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL 2005).

E nos demais cursos superiores de educação profissionalizante, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser uma disciplina curricular opcional. As leis e os decretos criados permitem aos surdos direitos que antes eles não tinham serem cumpridos diante da lei. Com isso, o Brasil deu um passo importante para uma melhoria na educação de estudantes surdos. Outra lei muito importante para esse desenvolvimento educacional foi a Lei 12.319/2010, que estabelece ao aluno surdo direito a ter um intérprete na sala de aula, porém o governo tem o dever de proporcionar essa acessibilidade para esses alunos, e isso vai servir para mediar a fala do professor e transferir para o aluno, ou seja, auxilia na tradução, porém o mais adequado para uma melhor inclusão social seria que o próprio professor pudesse se comunicar com o aluno surdo, para que ele tenha participação ativa nos diálogos em sala de aula.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pesquisas realizadas mostraram no ano de 2010 que cerca de 3.5 milhões de pessoas tem deficiência auditiva severa, sendo 1 milhão de crianças e jovens até 19 anos, mais exatamente cerca de 592.879 mil são crianças surdas com idade até 14 anos. O que corresponde a 5% da população brasileira que é composta por surdos e este percentual corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos.

O Brasil tem um alto índice de deficientes auditivos e surdos, que são na maioria das vezes discriminados, por esses indivíduos serem diferentes dos que são ditos “normais”, eles sofrem preconceito, Wringley (1996, p.71) diz “[...] surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos [...]”, esse é um dos vários discursos preconceituosos falados pela sociedade, o preconceito ocorre porque os demais não têm respeito pelas pessoas com necessidades educacionais específicas, isso acarreta desigualdade, discriminação e estabelece a inferioridade.

Na maioria das escolas não tem inclusão social e nem acessibilidade para auxiliar no desenvolvimento de aprendizagem na educação básica. E isso vem ocorrendo desde a antiguidade, Silva (2009) afirma que os gregos tratavam os surdos como animais, pois para eles uma pessoa que não sabia falar era como um animal irracional que não tinha capacidade de pensar, naquela época devido a isso os surdos

eram excluídos e ficavam fora dos ensinamentos, ou seja, eles não tinham acesso à educação nem tinha acesso ao ensino para obter conhecimento.

A discriminação dos surdos aconteceu em várias civilizações e não apenas na Grécia, os surdos são excluídos e não tinham uma educação de qualidade, essa falta de igualdade leva a impactos que são sofridos por eles, Almeida (2013) diz, que os surdos passam por vários desafios em seu dia-a-dia, e isso pode trazer impactos afetivos, comportamentais, sentimentais, entre outros. Em alguns casos podem ficar agressivos, um exemplo disso são as crianças surdas de 2 a 5 anos, devido os adultos não saberem como se comunicarem, elas tendem a ficarem estressadas por não serem compreendidas.

Nos dias atuais, a educação de surdos tem dado passos importantes, porém é um processo que vai se desenvolvendo de forma lenta, pois não tem total inclusão no ambiente escolar e muito menos fora dele. Por falta de conhecimento as pessoas não sabem como se comunicar e nem como agir com os surdos, o que dificulta no processo de inclusão e no desenvolvimento da aprendizagem, já que aprendemos no convívio com os demais indivíduos da sociedade, ou seja, o contato com outros nos permite obter novos conhecimentos tanto educacionais quanto sociais e culturais.

Boa parte das escolas do Brasil ainda enfrentam muitas dificuldades no que diz respeito como educar um surdo, principalmente nas cidades localizadas no interior do país, devido às lacunas na formação docente e ao pouco de conhecimento que se tem sobre a temática. Nessas cidades são descobertas poucas crianças surdas ou deficientes auditivas. Um outro fator importante são as famílias mais pobres que demoram a descobrir a perda de audição do filho e não procuram saber porque a criança não está se desenvolvendo como as demais.

Um fato importante na educação de surdos é a LIBRAS, mas para que a criança seja incluída na sociedade é importante que ela saiba se comunicar não apenas com um intérprete ou com o professor, e sim com as demais crianças também, pois isso vai ajudar no processo educativo e na inclusão em sala de aula. Então, as escolas devem, de alguma forma, incluir aulas de LIBRAS em suas grades curriculares. Para que isso aconteça é necessário que se tenham políticas públicas por meio do Ministério da Educação-MEC, que de fato coloquem em prática o que já é previsto por lei, a presença da Língua de Sinais no currículo escolar. Não podemos falar em inclusão sem incluir todos no contexto escolar e social, pois se não houver comunicação entre todos não há inclusão.



Uma grande aliada na educação de surdos é o uso da tecnologia, com a criação de aplicativos que ajudam os que pouco conhecem sobre a Língua Brasileira de Sinais a traduzirem por meio de sinais para a língua portuguesa, um exemplo disso é o aplicativo *Hand Talk*, com ele escrevemos em português e ele traduz por meio de vídeo em LIBRAS, isso facilita a comunicação entre surdos e o restante da sociedade.

Neste ano de 2022 a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação) foi atualizada, com o compromisso de alfabetização na educação básica, ou seja, ela assegura o direito à educação para surdos desde ensino infantil até o ensino superior, o que antes era deixado de lado, hoje as crianças possuem o direito a aprender a ler e escrever, a educação bilíngue permite ambos, possibilita a criança surda a aprender a ler e escrever a língua portuguesa mesmo que ela não fale nossa língua e sim a sua própria através dos sinais. A LDB traz a leitura como prioridade no ensino.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação proporciona serviços de apoio especializado na educação, um exemplo é o atendimento bilíngue para surdos, já temos algumas escolas com o ensino bilíngue. É importante que esse ensino seja começado do zero com a criança, ou seja, logo na educação infantil para uma melhor adaptação e uma melhor aprendizagem e isso se prolongará ao longo de seu percurso educativo. A LDB assegura que os alunos surdos ou com deficiência tenham acesso a materiais didáticos e professores bilíngues e especializados, com formação de nível superior.

Por último, temos a inclusão para os surdos oralizados, ou como muitos chamam, os deficientes auditivos, que podem ter acesso a tecnologias assistivas, tecnologias essas que estimulam a audição do aluno e proporciona que ele tenha algum resquício de audição, essas tecnologias podem ser o aparelho auditivo, porém apenas ele não proporciona uma total compreensão do que o professor está explicando, são necessários outros fatores. Um deles é que o aluno com D.A

(deficiência auditiva) sente na frente e no meio da sala de aula, para que tenha plena visão do professor e possa também fazer leitura labial, outro fator importante é um dispositivo tecnológico chamado de sistema FM, que fica com o professor e permite que a fala dele vá diretamente para o aparelho auditivo do aluno, abafando os demais sons e possibilitando uma melhor compreensão.

Por mais que possuam diferentes meios tecnológicos que auxiliam o professor e os alunos com deficiência auditiva para melhorar na educação, isso não proporciona uma melhoria no desenvolvimento educacional dos surdos, pois esse é um meio que não faz o uso da LIBRAS para incluir esses alunos na escola. É apenas um meio que facilita na educação.

O mais adequado na educação de um surdo é o método de ensino do bilinguismo, mas é pouco usado nas escolas, pois não tem professores capacitados que possam estabelecer comunicação com seus alunos, isso nos mostra que a educação ainda possui diversas lacunas na formação docente, ou seja, falta a iniciativa das políticas públicas por parte do ministério da educação em oferecer capacitações e formações contínuas, para uma melhoria na nossa educação. A seguir, nos deteremos em discutir mais a fundo no que tange ao uso de tecnologias no ensino de Língua Portuguesa para surdos.

### **3. USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS**

A inclusão de surdos na educação irá preparar a sociedade e a escola para conviver e aceitar as diferenças dos outros, a inclusão vai além de inserir os surdos e os deficientes auditivos na escola regular, Vygotsky atribuiu a verdadeira importância da função da escola no desenvolvimento cognitivo e social, isso decorre para o crescimento e desenvolvimento do conhecimento, pois a aprendizagem passa por um processo das interações, em que o convívio entre todos permite a construção de conhecimento, para a inclusão é necessário repensar sobre as condições das práticas docentes.

Na educação temos o ensino para surdos, para inclusão dessas crianças nas escolas, mas alguns pais optam por incluir essas crianças no ensino regular no qual possui pouca acessibilidade, em alguns casos eles escolhem tonar seus filhos surdos oralizados para que eles consigam comunicar-se com todas as pessoas mesmo as

que não sabem LIBRAS, ou seja, algumas dessas crianças fazem operações para implantar um dispositivo que irá ampliar as ondas sonoras, isso se chama implante coclear.

**Figura 1** – Exemplo de Aparelho auditivo do implante coclear



**Fonte:** HOSPITAL OTORRINO – Dr. Robinson Koji Tsuji (2022)

Nesses casos as crianças farão usos de aparelhos auditivos para se tornarem surdos oralizados e em alguns casos em que a perda de audição não é total não precisa fazer o implante, mas é necessário o uso de aparelhos auditivos, esses são chamados de Deficientes Auditivos- D.A. Existe uma pequena diferença entre o surdo e o deficiente auditivo e são poucos os que sabem qual a diferença entre um surdo e um deficiente auditivo. O surdo é aquele que tem total ausência da audição, ou seja, ele não ouve nada e já o deficiente auditivo possui uma perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, mas consegue ouvir com auxílio de um aparelho auditivo.

A deficiência auditiva e a surdez apresentam características bem diferentes, porém ambas ocasionam uma limitação para o desenvolvimento do indivíduo. Consideramos que a audição é fundamental para a aquisição da linguagem falada e sua deficiência pode ocasionar muita dificuldade nas relações sociais, psicológicas e na interação (HONORA E FRIZANCO, 2008, p. 25).

Devido à falta de linguagem falada o deficiente auditivo terá dificuldade em interagir com as demais pessoas da sociedade, ou seja, aquelas que estão fora de seu ciclo de interação, isso pode acarretar uma certa pressão psicológica gerada pelo preconceito dos demais, pelo simples fato de não falarem a mesma língua. Mesmo que o deficiente auditivo ou o surdo adquira a linguagem falada ela não será a mesma que a de um ouvinte pois não será possível o desenvolvimento fonológico do surdo, visto que a fala só adquirida através da audição.

Um dos fatores mais importantes para a educação de surdos e deficientes auditivos é a inclusão na educação, segundo Stainbanck 1999,

em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural- em escolas e salas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (P.21)

A inclusão são as ações e medidas que procuram inserir a participação de todos em vários âmbitos da sociedade, integrando a todos dentro da mesma comunidade seja um deficiente auditivo, surdo ou ouvinte. E também a capacidade de compreendermos o outro, na educação inclusiva é a junção de todos em uma só comunidade social.

Carvalho (1999) mostra que, quando a escola regular não dá aos alunos que possuem alguma deficiência o mesmo acesso educativo que não é proposta aos outros colegas, isso pode causar diversas dificuldades. Segundo a autora:

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p.52).

Isso quer dizer que é importante as escolas regulares terem uma sala de AEE (atendimento educacional especializado) para ter um acompanhamento com os alunos com deficiência, para desenvolver suas habilidades e a aprendizagem, pois alguns não conseguem acompanhar a turma por ter uma dificuldade de aprendizagem maior que os outros, porém é necessário que os professores e a escola se dediquem a melhorar a forma de ensino e de avaliação.

Para implementar todas essas práticas de inclusão é fundamental um diálogo entre os professores e profissionais da educação para melhorar a forma de ensino e também pensarem sobre a forma de estruturação das salas de aulas, uma educação adequada para os surdos e dos deficientes auditivos, com professores que tenham capacidade de compreender a comunicação dessas pessoas. E a língua brasileira de sinais é um dos meios que podem ser utilizados na comunicação, para os surdos é necessário ter um intérprete de LIBRAS.

Para a comunicação dos surdos eles utilizam os sinais da LIBRAS, pois são poucos que utilizam a oralidade, isso tem relação com habilidade do indivíduo surdo

de se manifestar oralmente, acontece mediante a aprendizagem da articulação das palavras e das distinções físicas acerca dos movimentos articulatórios dos lábios, para isso é indispensável sessões fonoaudiológicas, para que seja trabalhada a realização de leitura labial e uso de próteses auditivas, o que os possibilitam uma maior amplitude para comunicação de toda a sociedade. Portanto, os surdos que utilizam da oralidade são aqueles que possuem pelo menos uma mínima porcentagem de audição ou que desde cedo foram muito expostos à orlização, e que possam usar próteses que possibilitem ouvir, isso ocorre com os deficientes auditivos, pois eles escutam com o auxílio de um aparelho auditivo.

Alguns surdos chegam a um bom domínio da língua oral da comunidade ouvinte que os cerca (no caso do Brasil, trata-se da língua portuguesa); outros não. Porém, um pleno domínio da língua oral é praticamente impossível para o surdo. Por isso, não se tem notícia de um bilingüismo pleno, no que concerne aos surdos, mas este é encontrado junto a ouvintes filhos de surdos cuja língua materna é a língua dos sinais. (BRITO, 1989, p. 90).

Um dos maiores desafios de surdos nas escolas é a comunicação, pois são poucas escolas que possuem intérpretes, e por esse motivo eles desenvolvem um próprio meio para se comunicar com os demais, em cidades do interior do país as pessoas possuem pouca informação sobre o assunto e são poucas as pessoas que possuem uma especialização e sabem os sinais de LIBRAS. Por isso muitos pais optam por oralizar essas crianças, para eles terem um melhor entendimento da língua portuguesa.

Os alunos surdos passam por diversas dificuldades durante a aprendizagem da língua portuguesa, pois a maioria deles aprendem a língua brasileira de sinais que é mais visual e quando passam para a leitura e escrita da língua portuguesa passam a ter muita dificuldade, pois ela é falada oralmente e nem todo surdo é oralizado.

Existem diversos fatores no processo de ensino da língua portuguesa tanto para o surdo quanto para o deficiente auditivo. Os surdos iram sentir dificuldade em aprender a escrever uma língua que não sabem falar pela falta de conhecimento que tem sobre ela, pois os ouvintes aprendem a escrever de acordo com aquilo que se fala, por isso muitas crianças que estão aprendendo a escrita escrevem de maneira inadequada, pois elas ainda não falam de maneira correta em comparação com a linguagem oral de um adulto. Nesse sentido, se o surdo não sabe falar oralmente ele terá um processo de aprendizagem mais demorado.

O ensino da língua portuguesa para surdos deve ser desenvolvido pelo método educacional do bilinguismo, em que a LIBRAS é a primeira língua e o português se torna a segunda, esse processo é composto por aspectos que tem relação com os letramentos de proficiência bilingue na primeira língua (L1) e segunda língua (L2), uma das melhores teorias para desenvolver esse método é a psicolinguística de Vygotsky, que consiste em inserir os indivíduos nas correntes interacionistas, a linguagem é produzida no pensamento e com o convívio social que está interligada às capacidades do desenvolvimento de cada pessoa. A criança aprende através da convivência com as demais pessoas, seja com outra criança ou com um adulto.

Existem aspectos semelhantes entre todas as línguas, aspectos biológicos e sociais dos seres humanos, por meio disso o indivíduo desenvolve tanto a L1 quanto a L2, mas no caso da L2 ela não será totalmente compreendida, por exemplo no caso da língua portuguesa como segunda língua para os surdos, eles irão aprender apenas os aspectos gramaticais, ou seja, ele aprenderá apenas a escrita, com outras línguas ocorrem de aprenderem apenas a fala e terem dificuldade com as regras gramaticais.

Uma das teorias que mais influenciou esse novo tratamento dos chamados erros foi a Teoria da Interlíngua, que postula ser o processo de aprendizagem constituído de etapas cognitivas contínuas. A interlíngua consiste em “gramáticas mentais provisórias que o aprendiz vai construindo no percurso de seu desenvolvimento até atingir a competência em L2” (Selinker, 1972, cit. em Ellis, 1994, p. 30).

Então os surdos são considerados pré-linguísticos, pois eles irão adquirir a aquisição linguística depois da surdez, são os casos em que as crianças já nascem sem a audição. E devido a isso a língua de sinais se torna sua primeira língua. Com isso, a LIBRAS assume um papel de mediar e apoiar a aprendizagem da língua portuguesa, que será sua segunda língua, as leituras são feitas pela língua de sinais para uma melhor compreensão, decodificadas e discutidas para a criação de textos. Devido a isso, a língua de sinais interfere na escrita dos surdos e se espelha nela na produção de texto em português.

Podemos perceber que a criança ouvinte tem maior facilidade na aquisição da Língua Portuguesa, enquanto o surdo percorrerá outro caminho mais longo e uma linguagem diferente, o grande problema é o processo de letramento de um surdo, mesmo sendo criança. Fernandes (2012) expõe que:

[...] em uma situação de bilinguismo considerada ideal, as crianças surdas deveriam aprender primeiro a língua de sinais no ambiente familiar, viabilizando a apropriação da linguagem e a capacidade de simbolização até os 3 anos. Tendo essa base linguística consolidada, processar-se-ia o ensino do Português na escola, aprendido por meio de metodologias voltadas ao ensino de segundas línguas. Esse aprendizado deveria se iniciar já na Educação Infantil (FERNANDES, 2012, p. 104).

Então de acordo com essa ideia, entende-se que um deficiente auditivo tem uma melhor compreensão da língua portuguesa pois ele possui algum resquício de audição, ou seja, com o uso de aparelhos auditivos ele vai entender melhor do que um surdo, porém ele também terá dificuldades em alguns aspectos em sala de aula, como por exemplo, terá um menor entendimento em comparação com os demais, principalmente se estiver em uma sala barulhenta e longe do professor. Esses aspectos dificultam no processo de aprendizagem, pois apenas o aparelho auditivo não será suficiente para que o aluno possa se desenvolver como os demais e isso vai gerar um atraso.

Para evitar que isso aconteça é importante que o estudante com deficiência auditiva sempre sente em uma cadeira na frente, em que possa visualizar bem o professor o que facilita na leitura labial que ele fará e também é necessário que a escola tenha acesso a um sistema de comunicação sem fio-FM que é o melhor recurso para o progresso da qualidade auditiva dos indivíduos com perda de audição, este aparelho aperfeiçoa a compreensão da fala do professor e de qualquer outra pessoa da sociedade em diversas situações do dia-a-dia.

**Figura 2** – Exemplo de Sistema FM



**Fonte:** GHC – Grupo Hospitalar Conceição (2014)

A meta da inclusão é desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverão adaptar-se as particularidades de todos os alunos (...)

a medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidades a unificação das modalidades de educação regular e especialmente em um sistema único de ensino – se em direção a uma reforma educacional mais ampla em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitos dentro da educação regular. (MONTOM, 1997, p.16).

Devido ao atraso que pode ocorrer com o deficiente auditivo, é importante que o professor de sala regular, assim como o profissional da sala de AEE, tenha capacitação adequada para trabalhar com o desenvolvimento educacional dos surdos e dos deficientes auditivos. Para que a inclusão aconteça não é necessário apenas inserir os alunos em sala de aula, mas também assegurar com práticas pedagógicas diferenciadas que essa comunidade participe das aulas, igualmente como todos os outros. Isso quer dizer que todos devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades e especificidades, assegurando um ensino de qualidade através de um conveniente esquema de estudos.

A inclusão educacional está estruturada aos movimentos sociais mais extensos, que requerem igualdade, e para isso é considerável eliminar as barreiras que existem nas escolas, além dos processos de avaliação que devem ser revistos e aprimorados utilizando de novas formas metodológicas de ensino, oferecendo destaque na qualidade do aprendizado que será obtido e não na quantidade de assuntos que serão ensinados, ou seja, o mais importante é o conhecimento que será absorvido pelos alunos surdos e com deficiência auditiva.

Loureiro e Santos (2002, p.14-15) afirmam que: “A inclusão do deficiente auditivo deve ser integral, fluindo desde a estimulação até os graus superiores de ensino, sob o enfoque sistêmico a educação especial integra o sistema educacional vigente.” Isso quer dizer que a inclusão do aluno com surdez ou com deficiência auditiva deve acontecer desde a educação infantil ultrapassando os anos até o ensino superior, aprendendo desde cedo como enfrentar os obstáculos que existem no processo de educação e conhecer todos os seus direitos. O que pouco ocorre, pois nas famílias mais pobres que moram em cidades pequenas não possuem recursos para que seus filhos desenvolvam esse método de ensino, por esse motivo muitos deles aprendem somente a linguagem oral, esse é um processo muito demorado para o desenvolvimento de aprendizagem da criança surda, pois está sendo imposto um método em que ele terá maior dificuldade.



As crianças que irão para a escola sem nenhum conhecimento da LIBRAS, serão envolvidas totalmente na educação oralista, o que dificultará para elas e possivelmente atrasará o desenvolvimento educacional, já que não contempla às suas especificidades linguísticas.

#### **4. ESCOLHAS METODOLÓGICAS**

Foi optado para este trabalho como meio de estudo a pesquisa de campo, segundo Fonseca (2002) consisti em investigar, em que além da pesquisa bibliográfica e/ ou documental, é realizado coleta de dados junto a pessoas, com diferentes tipos de pesquisas que são usadas como outros recursos com por exemplo a pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, entre outras. Com uma abordagem qualitativa que resulta em aprofundar a compreensão de um grupo social sem se preocupar com números e estatísticas. GOLDENBERG (1997, p. 34) diz que, “os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”.

Tem por natureza uma pesquisa básica que possui o objetivo de formar novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicar de forma prática, envolvendo verdades e interesses universais, ou seja, de conhecimento para todos. É também uma pesquisa explicativa, como a própria palavra já diz explica os porquês por meio dos resultados obtidos. Segundo Gil (2007, p. 43), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Essa pesquisa foi desenvolvida em uma cidade do interior do sertão da Paraíba, o *lôcus* desse trabalho foi concentrado em uma escola da rede de ensino municipal, na qual consiste nos níveis de ensino: fundamental I, fundamental II e educação de jovens e adultos (EJA), a escola tem funcionamento pelo período da manhã e da tarde, os níveis de ensino são para crianças da pré-escola até adolescentes do 9º ano e no período da noite são as aulas da EJA. A investigação foi realizada com a participação de dois sujeitos colaboradores, um professor de língua portuguesa no qual iremos chamar pelo nome fictício de Artur e uma aluna com deficiência auditiva que iremos chamar pelo nome fictício de Filipa.

A coleta de dados foi feita através de uma entrevista com a aluna e um questionário com o professor de língua portuguesa. A pesquisa teve como passo a passo: I Contato inicial- entramos em contato com Artur, o convidamos para participar da pesquisa e o entregamos uma pasta com o questionário a ser respondido, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE. II- Entramos em contato com Filipa, explicamos os objetivos da pesquisa e as questões éticas, bem como, com sua mãe, já que ela é menor de idade. III- Agendamos uma entrevista com Filipa, na qual ela nos contou sobre como é atualmente na escola, como tem acontecido o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Optamos pela entrevista pelo fato de Filipa não pertencer ao mesmo código linguístico que um Artur e devido a isso ela não sentiu dificuldade em responder o questionário na modalidade escrita.

O surdo tem dificuldade na linguagem conotativa. E devido a sua fonética não ser igual de um indivíduo ouvinte ela escreve de acordo com o que conseguiu ler, então nem sempre ela escreve de forma correta com relação a gramática da LP. Isso acontece porque é outra língua, pois a língua do surdo é visual e não oral, e mesmo que a aluna com D.A tenha crescido e falado apenas a língua oralizada ela não vai se adaptar totalmente como as demais pessoas. Devido a isso, a entrevista foi realizada de forma oral e anotamos o que Filipa ia falando oralmente, mas para se comunicar com ela foi importante falar devagar, de forma clara e principalmente de frente para ela, para que fosse possível fazer leitura labial para ajudar na compreensão dela.

Foi realizada uma pesquisa sobre as dificuldades do ensino de língua portuguesa para alunos surdos e deficientes auditivos, após a pesquisa, foram feitas as análises e interpretações dos dados e dos materiais de estudo que, segundo Gomes (2013), é dividida em três partes: a pré-análise; a exploração do material; e, por fim o tratamento dos resultados: a inferência encontrada e a interpretação obtida no decorrer do trabalho.

Em primeiro lugar, iremos estabelecer uma separação e organização do material que será usado na pesquisa, segundo Gomes (2013, p.92) “Nessa redação podemos entremear partes de análise com nossas conclusões, dados de outros estudos e conceitos teóricos”, ou seja, citações e conceitos teóricos. Na terceira etapa a parte final, o pesquisador deve interpretar os dados de acordo com isso a teoria selecionada. Conforme isso o trabalho apresentará a análise do conteúdo, que foi feita por meio dos resultados alcançados durante toda a pesquisa.

Ademais, apresentaremos um levantamento sobre o ensino de língua portuguesa para deficientes auditivos, para explorar como é o ensino e aprendizagem desse aluno; estudar sobre os aparelhos tecnológicos que podem auxiliar os professores em sala de aula. E para isso usaremos teóricos que possam ajudar a confirmar e aprofundar nas teorias que serão discutidas no desenvolvimento da pesquisa.

## **5. E QUANDO A LÍNGUA É OUTRA? REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA UMA ALUNA D.A**

Atualmente, muito se tem discutido acerca da inclusão do aluno com deficiência auditiva e do aluno surdo no âmbito escolar. Este processo de inclusão passa, principalmente, pelas práticas de ensino do professor regular, já que é deste profissional o papel de ensinar. Dentre tantas áreas, está o professor de Língua Portuguesa, perspectiva assumida como foco deste trabalho. A partir das inquietações iniciais acerca do ensino desta para alunos surdos e do caminho percorrido até aqui, traremos nesta sessão discussões e reflexões sobre este processo, tendo como base a narrativa de uma aluna D.A e de um professor de Português, como já descrito na sessão metodológica.

A BNCC traz como uma de suas competências específicas na área de linguagens para o ensino fundamental o uso de várias formas de linguagem nas escolas seja ela qual for.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. (BRASIL, 2018, p.65)

Segundo a BNCC o componente curricular de língua portuguesa, tem a finalidade de proporcionar aos alunos distintas experiências que ajudam no desenvolvimento dos letramentos de forma que tornem os indivíduos participativos e críticos de acordo com várias práticas sociais formadas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. As práticas de linguagem que são presentes nos textos estão cada vez mais sendo usados métodos multissemióticos e multimidiáticos.

### **5.1 “Não consigo entender poemas”: dizeres discente sobre a aprendizagem de Língua Portuguesa como L2**

Por meio da pesquisa, percebemos que o indivíduo com deficiência auditiva enfrenta todos os dias em sala de aula diferentes desafios, segundo uma aluna da rede pública de ensino que atualmente cursa o 9º ano do ensino fundamental II, um dos maiores desafios em se adaptar ao ambiente escolar é não conseguir compreender o que seus colegas conversam entre si, ou seja, ela não interage nas conversas paralelas, visto que precisa do intermédio de uma amiga que também é sua colega para que repita o que estão falando, e ela se sente excluída das conversas, pois mesmo fazendo o uso de aparelho de audição a sua compreensão não é total e ela precisa fazer leitura labial para compreender totalmente e nem sempre isso é possível.

Ela nos contou, ainda, que nunca sabe quando está falando alto ou baixo, e por isso, as vezes chama pelo professor para perguntar algo relacionado ao que está sendo explicado. Como ele não a escuta, ela acaba deixado de tirar dúvidas que tenha em relação aos conteúdos. Esse é um ponto importante para a comunicação entre o professor e o aluno com deficiência auditiva, que deve ser trabalhada em sala de aula, isso ocorre, na maioria das vezes, porque as turmas de escolas públicas são muito numerosas, logo, muito barulhentas.

Uma das principais dificuldades que a discente enfrenta em sala de aula é por sempre ser a última a terminar as provas, por mais que o conteúdo seja fácil e ela saiba, não consegue fazer a interpretação das questões de forma mais rápida, faz a leitura da mesma questão diversas vezes para conseguir entender o que se foi solicitado, ou seja, a aluna tem dificuldade em compreender a linguagem das questões, da maneira como são formuladas. Isso ocorre devido a estudante não possuir o mesmo código linguístico que o de um ouvinte, um exemplo de texto que ela não consegue compreender são os poemas, pois eles apresentam uma linguagem figurada e o aluno surdo não tem a mesma linguagem conotativa que os demais, ou seja, se falarmos uma frase “Estou morrendo de sede”, os surdos irão entender que está realmente morrendo.

Uma forma de se trabalhar a língua portuguesa com o deficiente auditivo são as ilustrações, por exemplo, contidas nas charges, histórias em quadrinhos que aparecem nos livros, eles são uma ferramenta eficaz e essencial para se trabalhar em

sala de aula visto que se trata de um texto rico, produzido através de recursos visuais/imagéticos utilizando-se de diversas cores, desenhos formas, símbolos em sua composição e consiste em uma linguagem simples e clara, o que facilita na interpretação e compreensão desses textos.

A aluna disse que quando está usando o sistema FM, que é um recurso de acessibilidade para pessoas que fazem o uso de próteses auditivas e tem a função de melhorar a compreensão da fala, especialmente em ambientes com muito ruído, que os sons externos são abafados e só consegue compreender apenas o que o professor está falando, ou seja, se algum colega falar algo ela não entendeu o que foi dito, para se comunicar, os colegas fazem gestos para pedir algum objeto, como por exemplo uma régua ou borracha emprestada. Devido a esses pequenos detalhes que o aluno com deficiência auditiva pode não se sentir um aluno normal como os demais, e se sentir limitado no ambiente escolar.

Um dos desafios mais enfrentados na aprendizagem da língua portuguesa são as questões dos livros didáticos, a aluna contou que não é capaz de interpreta-las, porque não entende o sentido das palavras, e não sabe o significado que elas apresentam, isso, devido ao contexto complexo do livro didático, por isso, sempre precisa da ajuda de alguém para explicá-la com palavras mais simples o significado dos textos e o que as questões estão pedindo. O que ela mais tem dificuldade são com metáforas e sinônimos, pois não lembra os significados das palavras e não consegue fazer uma interpretação disso, ou seja, uma das suas maiores dificuldades é na semântica, pois não sabe os significados das palavras.

Estas questões textuais acontecem porque a aluna está sendo exposta às regras gramaticais e textuais de uma língua em que ela não é totalmente alfabetizada, além de não ser sua Língua Materna. Quando se trata, por exemplo, do emprego de metáforas, é um recurso muito próprio da Língua Alvo, ou seja, o Português. Essa figura de linguagem traz consigo uma carga cultural, por isso, as metáforas da Língua Portuguesa não são semelhantes às usadas nas Línguas de Sinais. Silva (2001, p. 18) diz que: “a educação de surdos fracassa pela falta de significados de sua língua, o que gera, em larga escala, um analfabetismo, e de que existe um número pequeno de surdos que chega ao ensino superior”.

Neste sentido, enxergamos que, a ausência de correlação entre as regras gramaticais e, principalmente, dos significados construídos entre as duas línguas, desencadeie essas dificuldades. Se a aluna não vivencia uma alfabetização bilíngue

(Libras/Português), o vocabulário linguístico é reduzido e por isso desconhece os sinônimos de algumas palavras. Para que se progrida na aquisição de vocabulário é necessário que haja um processo de letramento, ou seja, bem mais que ver as palavras, estabelecer uma relação de sentido entre estas e seus significados. Uma estratégia que pode ser utilizada é o uso de imagens que permitam um processo mental de ligação entre palavra/objeto.

Outra dificuldade enfrentada dentro de sala de aula é em classificar e diferenciar as dez classes gramaticais, por exemplo, quando uma atividade pergunta sobre identificar o substantivo ela não lembra o que é o substantivo da frase. Isto acontece pelas mesmas questões apontadas anteriormente. A ausência de significados a partir da Língua Materna gera um certo vazio na aprendizagem. Neste caso, o ensino pode acontecer por meio de exemplos práticos. Sabemos que o substantivo nomeia coisas, pessoas, lugares, etc. Então, como ensiná-lo a uma aluna que tem outra especificidade linguística? Por meio de associações. Por exemplo: trazer contextos de nomes que o aluno conhece. Cidade que mora, nome de pessoas da família, amigos da classe, etc. Demonstrando sempre qual o papel de um substantivo dentro de um contexto real de uso e tendo por base o vocabulário do aluno.

No ensino de leitura e escrita para um aluno surdo ou D.A não se deve esperar que a aprendizagem seja da mesma forma que um aluno ouvinte, falante nativo do Português, aprenderia. Isto não quer dizer que o aluno surdo não vá aprender, seria subestimar suas capacidades de desenvolvimento, mas é necessário compreender que as habilidades exploradas devem ser diferentes. No decorrer da pesquisa foi observado e dito pela própria aluna que ela tem dificuldade com a pronúncia de algumas palavras, foneticamente falando. Na parte da leitura ela troca o som de algumas letras, como por exemplo, com a letra “x” que tem som de “z” ou quando o “s” também tem som de “z” e algumas palavras com a letra “t” ela não pronuncia de forma correta, por mais que tenha tido acompanhamento com um fonoaudiólogo durante toda a sua infância e atualmente ainda tem o suporte disponibilizado pela escola que é a sala de AEE, que ajuda a melhorar seu desempenho acadêmico, mas não supre todas as necessidades que a aluna possui, ou seja, não sana todas as suas dificuldades no seu desenvolvimento de aprendizagem.

A aluna narrou, ainda, que quando era criança a sala de AEE não dava o suporte necessário, pois a responsável passava atividades de pintura e não a ajudava

a melhorar a sua leitura, isso ocorreu por falta de profissionais qualificados, que talvez tragam lacunas na formação inicial e/ou continuada. Sabe-se que, somente a disciplina de Introdução a Libras, de 60h, ofertada nos cursos de Licenciatura, não é capaz de oferecer uma formação sólida para atuação no ensino ao surdo.

Quanto às atividades avaliativas, ela contou que são as mesmas dos demais alunos, ou seja, não é elaborada uma de forma diferente, por esse motivo é importante que o professor faça uso de uma linguagem clara em que facilite na compreensão e interpretação da avaliação, para isso seria necessário que as avaliações fossem realizadas com questões de múltiplas escolhas e textos como tirinhas fossem postos na avaliação para facilitar a interpretação da aluna, pois as tirinhas além de serem textos ricos em contextos sociais possuem uma linguagem simples e clara o que ajuda na fácil compreensão. Porém no caso em questão, a aluna sempre atinge uma das melhores notas da turma, então não está sendo tão prejudicial, pois ela consegue acompanhar a turma, por mais que haja uma pequena limitação por ela não ouvir plenamente. Quanto a isso o método usado por seu professor está ajudando-a no desenvolvimento de aprendizagem.

Em relação ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, os recursos que são usados com essa aluna é o mesmo método de ensino usado para os demais alunos, em relação a abordagem dos conteúdos, o professor explica de forma oral, porém a aluna relata que ele repete várias vezes a mesma coisa e isso ajuda a fixar melhor o conteúdo e ter melhor entendimento, em relação a trabalhos grupais, a turma é dividida e eles fazem *slides* ou cartazes para apresentações.

Filipa nos disse que gosta muito da disciplina de língua portuguesa. Apesar de suas dificuldades, acha que é importante para o dia-a-dia, para melhorar sua fala e aprender a escrever de forma correta, ou seja, de acordo com as regras gramaticais, por mais que também tenha dificuldade em aprender alguma delas, se considera muito boa em acentuação. E apesar de ser mais lenta que os demais colegas, aprende e consegue absorver bem os conteúdos e para isso estuda e os revisa sempre em casa. A única questão em que sente extrema dificuldade e, segundo ela, não consegue aprender de maneira alguma é interpretar poemas, por causa da linguagem figurada, mas isso não é nenhum empecilho em seu aprendizado, pois ela tem desenvolvido outras habilidades. Além do mais, alunos ouvintes também apresentam dificuldades quanto à interpretação deste gênero.

O ensino de língua portuguesa na escola pode ser uma ferramenta de transformação social, pois essa ferramenta ensina aos alunos competências e habilidades necessárias, como por exemplo, a competência de escrever, de ter uma análise crítica, de leitura, a habilidade de saber fazer o uso adequado da língua oral ou escrita nas distintas situações de interação social, ou seja, saber adequar sua linguagem dependendo do contexto social em que o aluno se encontra; na maioria das vezes o que faz com que o aluno não goste de estudar língua portuguesa, são as regras gramaticais, pois não é algo que nos dá prazer por isso que muitos alunos não gostam.

Para conviver em sociedade é importante que os alunos se comuniquem um com os outros e é isso que a língua portuguesa nos ensina. Para sermos bons professores que fazem a diferença na sociedade precisamos deixar de ser o tipo de professor tradicional focado na nota do aluno e em ensinar os conteúdos dos livros didáticos, deixar de obrigar os alunos a lerem porquê dessa forma eles não vão gostar de ler, e a leitura deve ser algo prazeroso e não apenas criar um hábito de ler só para fazer um trabalho para a nota, para se compreender o ensino é necessário estar juntos aos principais sujeitos deste processo, discente e docente.

O ensino de língua portuguesa tem uma grande importância, pois ela contribui com diversas disciplinas, através da língua portuguesa aprendemos a ler, escrever e interpretar e tudo isso é utilizado para o estudo de outras disciplinas. No Brasil ela tem um destaque maior no ensino por ser nossa língua materna, pois é o idioma usado diariamente pelos falantes.

O objetivo maior do ensino da Língua Portuguesa é desenvolver a competência de leitura e produção; a unidade textual em toda a sua diversidade de tipos e gêneros, nos diferentes registros, variedades, modalidades, consoantes as possíveis situações sociocomunicativas – deve ser o ponto de partida e de chegada das aulas de Português; e, os elementos de natureza formal relativos aos diferentes níveis de gramática – são essenciais para a construção do texto (BRANDÃO,2010, p.9-10).

Diante disso, o professor para auxiliar na formação crítica e identitária do aluno é necessário primeiramente, que faça uma auto avaliação da metodologia que vem sendo utilizada em sala de aula e se os conteúdos estão sendo trabalhados de forma isolada, bem como, é preciso que observe seus alunos e entenda quais são as habilidades e dificuldades de cada aluno.



## 5. 2 Práticas de ensino de Língua Portuguesa para surdos: perspectiva docente

De outra perspectiva, temos o ponto de vista do professor de Língua Portuguesa, formado em Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e com especialização em Supervisão e Orientação Educacional, que trabalha há 15 anos como professor. Ele contou que já trabalhou com uma aluna surda e, atualmente tem uma aluna com deficiência auditiva (surdez congênita bilateral). Ao se deparar com essa realidade, ele achou preocupante e desafiador, e teve receio, principalmente, de não conseguir se comunicar, uma vez que não dominava a LIBRAS. Isso fazia com que se sentisse impotente como professor, pois, sem comunicação, os processos de ensino e aprendizagem seriam comprometidos.

O desafio enfrentado por ele ao dar aula para uma aluna com deficiência auditiva em primeiro lugar, foi tentar estabelecer minimamente a comunicação, assim como também, outras questões didático-pedagógicas surgiram: envolvendo as discentes nas aulas, apresentar atividades significativas que proporcionam a construção/ o aprimoramento dos conhecimentos linguísticos e também adequar o processo avaliativo para a realidade e a especificidade das alunas.

Muitos são os desafios na aprendizagem da Língua Portuguesa para um aluno surdo ou com deficiência auditiva. Neste sentido, segundo o professor, o primeiro desafio é a falta de suporte (humano e material). As instituições de ensino, muitas vezes, não dispõem de um intérprete para intermediar o ensino e a aprendizagem. Vale citar também a ausência e/ou insuficiência de políticas públicas, no tocante à formação (continuada), para nós docentes. No tocante a Língua Portuguesa, torna-se mais árduo para o (a) discente surdo aprender outra língua (a língua portuguesa) sem um (a) professor (a) e/ou intérprete que domine a LIBRAS.

Em relação as metodologias de ensino, algumas delas tiveram que ser adaptadas, principalmente quando eram propostas atividades voltadas para o desenvolvimento da oralidade. Nesses casos, as respostas/os retornos para essas atividades eram sempre utilizando a linguagem verbal escrita por parte da aluna surda.

Esse era um método em que utiliza a abordagem de ensino educacional por meio do bilinguismo, dá capacidade do aluno surdo fazer o uso das duas línguas, pois a aluna usava a língua portuguesa escrita como segunda língua para a compreensão do professor, pois ele não dominava a LIBRAS e se comunicava por gestos com o seu interprete. Por mais que esse seja um método de ensino, não é adequado para a

inclusão do aluno em sala de aula, o surdo deseja ser tratado como qualquer outro estudante, mas por causa das adversidades e pela falta de formação dos professores isso não é possível, pois para que o surdo seja incluído nessa atividade seria necessário pelo menos que o professor tivesse conhecimento da LIBRAS para interagir com esse aluno.

Para a aluna com deficiência auditiva, com a qual o professor trabalha atualmente, os recursos que são usados no desenvolvimento da aprendizagem são um aparelho auditivo utilizado pela aluna e leva para sala um dispositivo de amplificação de som. Vale ressaltar que ambos são da própria aluna e a escola não dispõe desses e/ou outros recursos que pudessem facilitar o ensino e a aprendizagem para o público surdo/com deficiência auditiva.

Ao longo da atuação do professor, houveram intérpretes em sala de aula, que foi no caso de outra aluna surda, apenas no segundo semestre letivo, após vários requerimentos e reivindicações, foi disponibilizado um profissional intérprete. Já no caso da aluna com deficiência auditiva foi possível observar que não possui intérprete, já que a aluna em questão não sabe a LIBRAS, e ela consegue se comunicar com todos em sala de aula através da linguagem oral e há comunicabilidade entre ela e o professor. O fato de ela ser oralizada e usar um aparelho auditivo, não dispensa a necessidade de um intérprete em sala de aula, nem exime a obrigatoriedade de haver acessibilidade, garantida pelo poder público e previsto por Lei. Continua sendo importante para a inclusão da aluna com deficiência auditiva, que haja em sala de aula regular, um intérprete para auxiliá-la e ajudá-la a compreender as atividades de interpretação, as quais ela tem dificuldade que foram expostas anteriormente.

O professor nos contou também que o único suporte de seu conhecimento na escola em que trabalha é o atendimento na sala de AEE, e se há outro ele desconhece qualquer outro tipo específico de suporte para discentes surdos ou com deficiência auditiva.

Para uma adaptação nas metodologias de ensino são necessários diversos fatores para que seja possível, um dos mais importantes é o suporte escolar, não é possível adaptar uma aula para surdos sem os materiais, uma das formas mais fáceis de se aprender são com jogos educativos e nem todas as escolas possuem esse tipo de recursos. Não é possível para um professor adaptar a aula sem recursos audiovisuais para esses alunos, pois eles desenvolvem sua aprendizagem de acordo com o visual. Outro ponto importante é a preparação dos professores, para isso é

importante que a escola ofereça formações especializadas no tema em questão, ampliando o conhecimento e mostrando aos professores como incluir o aluno surdo em sala de aula e permitindo uma ampla visão de como adaptar suas aulas. Para essas especializações seria importante a escola disponibilizar um curso de LIBRAS e outros sobre a forma adequada de adaptar os métodos e as didáticas de ensino. Já no caso da aluna com deficiência auditiva em questão, ela que teve que se adaptar à realidade, com sua busca por dispositivos tecnológicos que a ajuda na compreensão e auxiliam o professor a transmitir o que se quer ser ensinado.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os surdos e os deficientes auditivos encaram dificuldades em todos os lugares em que convivem, por não terem estruturas adequadas para suprir as necessidades de cada um deles, e por isso são rotulados como incapazes, podemos perceber que um dos maiores problemas mostrados é a falta de comunicação entre todos os indivíduos da sociedade, gerando assim, a exclusão.

Foi possível compreender ao longo deste trabalho, que no âmbito escolar esta situação também é semelhante. Por não terem estruturas adequadas, recursos e materiais disponíveis e profissionais com formação adequada, este quadro tem sido a realidade de uma escola no sertão do Estado da Paraíba. Podemos perceber que um dos maiores problemas encontrados é a falta de comunicação entre o professor e a aluna, o que dificulta o processo de aprendizagem, pois sem uma mínima comunicação necessária, não há como se ter uma troca de conhecimento entre ambos.

Nem todos os alunos com deficiência auditiva tem as mesmas oportunidades, pois em alguns casos são usados metodologias incorretas no ensino, para isso é importante que os professores tenham conhecimento sobre o assunto e possam se adequar a uma nova forma de ensino, na qual possa incluir a todos em suas aulas, mas por mais que tenham um bom desempenho em relação a adaptar de forma correta suas aulas, nenhuma escola da rede pública atualmente possui estrutura suficiente para ter uma inclusão total para as pessoas surdas, pois não há recursos apropriados.

Este trabalho nos permitiu conhecer e refletir sobre algumas das dificuldades enfrentadas pelo professor por não ter nenhuma orientação, nem suporte pedagógico por parte da escola e ter que buscar formação por conta própria para melhor suprir as

necessidades da aluna. Bem como, os desafios que a aluna com deficiência auditiva vivencia todos os dias, buscando por melhores meios para adaptar-se à realidade escolar e desenvolver a aprendizagem.

Acreditamos que para que o fazer docente seja de fato um ato inclusivo, é necessário que haja adequações nos métodos de ensino. Muitas vezes, nós professores sentimos receio pelo desconhecido, pois é disso que o tema se trata, de uma área que muitos desconhecem. Principalmente, pelo sentimento de solidão vivenciado por grande parte dos professores, assim como contado por Artur. A ausência de profissionais que conheçam a cultura surda e o ensino para surdos; a lacuna no que diz respeito ao corpo escolar, dentre tantos outros.

Um ponto que podemos perceber é que as escolas não estão equipadas e não têm profissionais como intérpretes de LIBRAS, e que o processo para contratação é muito lento, o que acaba atrapalhando a aprendizagem do aluno que precisa deste profissional e espera que seja disponibilizado pelo governo. O que vale ressaltar, é previsto por Legislação específica. A Lei de Libras, 10.436/2002 assegura este direito, porém ainda parece ser uma realidade desigual no País.

Em relação a aprendizagem de Filipa, percebemos que por mais que ela tenha uma assistência tecnológica, por meio do aparelho auditivo, ainda encontra algumas limitações na área da língua portuguesa, que ficam explícitas de diversas maneiras: pouca compreensão dos significados das palavras; dificuldade com a leitura; confusão com os sons das sílabas; dificuldades com figuras de linguagem e linguagem conotativa em poemas, etc. Todas essas questões fazem parte da Língua em uso, por isso, a falta de imersão cultural na especificidade visual da pessoa surda e a falha nas práticas de ensino acarretam essas dificuldades. O aluno surdo ou D.A pode e é capaz de aprender português, sim, desde que com os métodos que contemplem as especificidades do ensino da Língua como L2.

Portanto, diante do que foi investigado e do que foi discutido até aqui, acreditamos que esta pesquisa não se encerra aqui, pelo contrário, abre portas para pesquisas posteriores. Faz-se necessário, ainda, discutir mais a fundo sobre quais os melhores meios metodológicos para o ensino de surdos e como adequar melhor nossas escolas para inclui-los tanto no âmbito escolar quanto nos demais ambientes da sociedade, para que os surdos e os deficientes auditivos se sintam parte de um todo, ou seja, que se tornem pessoas participativas e sociáveis, e não sejam reclusos.

## REFERÊNCIAS

23 E 24 DE ABRIL DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS E DIA NACIONAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. **Tribunal regional eleitoral**. 2021. Disponível em: <<https://www.tre-pe.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/23-e-24-de-abril-dia-nacional-da-educacao-para-surdos-e-dia-nacional-da-lingua-brasileira-de-sinais>> acesso em: 24/09/2022.

ALMEIDA, Antônio Carlos Pinheiro Gama de. Atividade física e deficiência auditiva. *In*: GORGATTI, Márcia Greguo; COSTA, Roberto Fernandes. **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2013.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & VIEIRA, Sílvia Rodrigues (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL, **Lei 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 14.191, de 2021. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BOGAS, João Vitor. A história da Libras, a língua de sinais do Brasil. Comunidade surda, ensino de Libras. (2016).

BRITO, L.F. **Bilingüismo e sudez**. *In*: Trabalhos em Lingüística Aplicada, (14), p.89-100,1989.

CARVALHO, Erenice Natália S. de. Adaptações curriculares: uma necessidade. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Educação Especial**: tendências atuais. Salto para o Futuro. Brasília: MEC/SEED,1999.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010 **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religiao\\_Deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf)>. Acessado em: 11 de março 2019.

CIALDINE, Edmar. A história da educação (lingüística) dos surdos. **Língua Portuguesa: conhecimento prático**, n. 31, 2012.

COLDFIELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Plexus, 1997.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FERRARI, Márcio. Lev Vygotsky, o teórico do ensino como processo social. **Nova escola**. 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/382/lev-vygotsky-o-teorico-do-ensino-como-processo-social> > Acesso em: 27 de set. de 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARBE, Douglas de Souza. **Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque**. Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7ª Ed. São Paulo: Pexus, 2002.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HONORA, Marcia e FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as Deficiências: Ciranda da Inclusão**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

LOUREIRO, Maria Albanice Ramos; SANTOS, Maria Dorotea de J. Mourão. **Educação Especial: inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, como requisito para obtenção do grau em Pedagogia Educação Infantil e Supervisão Escolar. Belém, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo: Summus, 2006. – P.103.

PROGRAMA DE SAÚDE AUDITIVA DO GHC ENTREGA SISTEMA FM. **Grupo Hospitalar Conceição**, 2014. Disponível em: < <https://www.ghc.com.br/noticia.aberta.asp?idRegistro=7434> > Acesso em: 25/11/2022.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

STAINBACK, S., STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Londrina, 2009.

SELINKER, L. **Rediscovering interlanguage**. (Applied linguistics and language study). Longman, 1994.

STROBEL, Karin L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

TSUJI, Robinson Koji e FILHO, Alonso Alves. Implante coclear. **Hospital otorrino**, 2022. Disponível em: <<https://www.hospitalotorrino.com.br/especialidades/pagina.asp?id=8&especialidade=implante-coclear>> Acesso em: 25/11/2022.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento, um Processo Sócio-Histórico, Marta Kohl de Oliveira, 112 págs., Ed. Scipione.

WRIGLEY, Oliver. **Política da surdez**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UEPB**  
Universidade  
Estadual da Paraíba

NOME DO PROFESSOR PARTICIPANTE:

INSTITUIÇÃO EM QUE ENSINA:

EMAIL:

IDADE:

CIDADE:

ESTADO:

QUESTIONÁRIO:

1. Qual a formação inicial?
2. Possui especialização? Qual?
3. Quantos anos atua como professor?
4. Já deu aula para surdos ou deficientes auditivos? Especifique qual.
5. Como foi dar aula a um deficiente auditivo, ou seja, o que achou sobre isso?
6. Quais foram os desafios enfrentados ao dar aula para um aluno com deficiência auditiva?
7. Quais os desafios na aprendizagem da língua portuguesa para esse aluno?
8. Quais metodologias de ensino você empregou de língua portuguesa voltadas para uma aluna com deficiência auditiva? É diferente das dos demais alunos?
9. Quais recursos são usados no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva?
10. Ao longo da atuação do professor, possuiu ou possui interpretes em sala de aula?
11. A escola em que trabalha dá algum tipo de suporte para alunos surdos ou deficientes auditivos?



**APÊNDICE B – ENTREVISTA**

**UEPB**  
Universidade  
Estadual da Paraíba

NOME DO ALUNO PARTICIPANTE:

INSTITUIÇÃO EM QUE ESTUDA:

IDADE:

CIDADE:

ESTADO:

QUESTIONÁRIO:

1. Em qual série está matriculado (a)?
2. Quais são os desafios enfrentados por um aluno com deficiência auditiva?
3. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em sala de aula?
4. Quais os desafios na aprendizagem da língua portuguesa você vivencia?
5. O professor faz atividades avaliativas diferenciadas dos demais alunos?
6. Quais recursos são usados no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva?
7. O que acha da disciplina de língua portuguesa? O que não consegue aprender sobre ela?
8. A escola em que estuda dá algum tipo de suporte para alunos surdos ou deficientes auditivos?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



**Governo do Estado Da Paraíba**  
**Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC**  
**UNIVERSIDADE ESTADO DA PARAÍBA – UEPB**  
 Campus IV – Catolé do Rocha  
 Curso de Licenciatura Plena em Letras

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado, \_\_\_\_\_

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “Desafios no processo de ensino e aprendizagem de uma aluna com deficiência auditiva na educação básica”, sob a responsabilidade de: \_\_\_\_\_ e do orientador \_\_\_\_\_,

de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

A pesquisa é relevante para que a sociedade compreenda as dificuldades enfrentadas por professores que ensino a alunos com deficiente auditiva e como é o processo de aprendizagem. Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Compreender quais os desafios enfrentados por uma aluna com deficiência auditiva na educação básica”. E como objetivos específicos: Conhecer os desafios de uma aluna com deficiência auditiva na aprendizagem de língua portuguesa na educação básica; analisar as metodologias de ensino empregadas por professores de língua portuguesa voltadas para uma aluna com deficiência auditiva; discutir sobre o ensino de língua portuguesa para uma aluna com deficiência auditiva.

Essa é uma pesquisa de campo, que será desenvolvida por meio de dois questionários que serão respondidos por meio de respostas dissertativas por um professor e um aluno com deficiência auditiva. A coleta de dados será através de folhas de papel entregadas ao participante para que sejam respondido o questionário da forma que ele achar mais viável (seja de forma escrita ou digitada) e será devolvido com questionário ao pesquisador no prazo determinado por ambas as partes (entregar em mãos ao pesquisador ou se preferir via e-mail).

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de ter suas respostas expostas em um artigo de trabalho de conclusão de curso mostrando sua perspectiva em relação a um aluno com deficiência auditiva. E terá como benefício mostrar um ponto de vista em que a sociedade não conhece, esperamos que com essa pesquisa possa melhorar a forma de ensino para o aluno com deficiência auditiva. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente \_\_\_\_\_ aplicará o questionário e somente a discente e pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante

se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

O participante terá assistência e acompanhamento durante o desenvolvimento da pesquisa de acordo com Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.)

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com (responsável da pesquisa), através dos telefones (XX)XXXXX-XXXX ou através dos e-mails: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ou do endereço: XXXXXXXXXXXXXXX, nºXXX, Bairro XXXXXXXX, Cidade –PB. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Sitio Cajueiro Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras e Humanas, Catolé do Rocha – PB, Telefone (83) 3441-2632, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br ou direcao@ccha.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

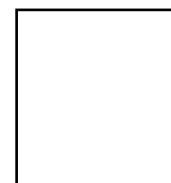
### **CONSENTIMENTO**

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa TITULO DA PESQUISA e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Católé do Rocha, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador



## APÊNDICE D – TCLE



**Governo do Estado Da Paraíba**  
**Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC**  
**UNIVERSIDADE ESTADO DA PARAÍBA – UEPB**  
 Campus IV – Catolé do Rocha  
 Curso de Licenciatura Plena em Letras

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

#### Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “Desafios no processo de ensino e aprendizagem de uma aluna com deficiência auditiva na educação básica” coordenada pelo (a) \_\_\_\_\_ e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, seu/sua filho (a) será submetido ao seguinte procedimento: Essa é uma pesquisa de campo, que será desenvolvida por meio de dois questionários que serão respondidos por meio de respostas dissertativas por um professor e um aluno com deficiência auditiva. A coleta de dados será através de folhas de papel entregadas ao participante para que sejam respondido o questionário da forma que ele achar mais viável (seja de forma escrita ou digitada) e será devolvido com questionário ao pesquisador no prazo determinado por ambas as partes (entregar em mãos ao pesquisador ou se preferir via e-mail), cuja responsabilidade de aplicação é de entregar um questionário para ser respondido pelo participante, formação, curso do Campus “Centro de ciências humanas e agrarias”, da Universidade Estadual da Paraíba. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Compreender quais os desafios enfrentados por uma aluna com deficiência auditiva na educação básica”. E como objetivos específicos: Conhecer os desafios de uma aluna com deficiência auditiva na aprendizagem de língua portuguesa na educação básica; analisar as metodologias de ensino empregadas por professores de língua portuguesa voltadas para uma aluna com deficiência auditiva; discutir sobre o ensino de língua portuguesa para uma aluna com deficiência auditiva.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de mostrar o lado tanto do professor quanto do aluno com deficiência auditiva.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de ter suas respostas expostas em um artigo de trabalho de conclusão de curso mostrando sua perspectiva em relação ao aluno com deficiência auditiva. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a

discente \_\_\_\_\_ aplicará o questionário e somente a discente e pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em PDF/ARQUIVO WORD e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Letras e Humanas, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador \_\_\_\_\_, Estado da Paraíba/PB, no endereço: Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Bairro: XXXXXXXXXXXXX, CEP-XXXXX-XXX Cidade-XXXXXXXXXXXXX-PB. Tel. (XX) XXXXX-XXXX. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Sítio Cajueiro, Campus IV- Catolé do Rocha. Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba no Departamento de Letras e Humanas, Catolé do Rocha – PB, Telefone (83) 3441-2632, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br ou direcao@ccha.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

### **Consentimento Livre**

Concordo em participar desta pesquisa “Desafios no processo de ensino e aprendizagem de uma aluna com deficiência auditiva na educação básica”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais meu/minha filho (a) será submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Católé do Rocha, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

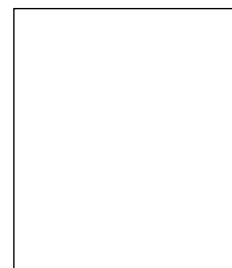
Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura dos Pais ou Responsáveis pelo Participante



**Aluna (\_\_\_\_\_)** - Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras, da Universidade do Estado da Paraíba – UEPB, Campus IV, telefone (XX)XXXX-XXXX ou através dos e-mails: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ou do endereço: Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXX, Cidade –PB. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEPB), Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras e Humanas, localizado no Sítio Cajueiro s/n, Catolé do Rocha – PB, Home page: [www.uepb.edu.br](http://www.uepb.edu.br) – e-mail: cep@setor.uepb.edu.br ou direcao@ccha.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente) –Tel: (83) 3441-2632.